

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GELIANE CHUQUEL DOS SANTOS

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MÃES UNIVERSITÁRIAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS SÃO BORJA**

**São Borja
2024**

GELIANE CHUQUEL DOS SANTOS

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MÃES UNIVERSITÁRIAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
- Ciência Política da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharela em
Ciências Sociais - Ciência Política.

Orientador: Cláudio Júnior Damin

**São Borja
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A481o Amado, Graciliano Machado de Assis

Obras clássicas de autores brasileiros / Graciliano Machado de Assis Amado.

115 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa, LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/ESPANHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2013.

"Orientação: João José Maria de Jesus".

1. Literatura. 2. Clássicos literários. 3. Autores brasileiros. I. Título.

GELIANE CHUQUEL DOS SANTOS

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MÃES UNIVERSITÁRIAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA CAMPUS SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado ao Curso de Bacharelado
em Ciências Sociais - Ciência Política
da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Ciências
Sociais - Ciência Política.

TCC defendido e aprovado em 11 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

Orientador
UNIPAMPA

Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado

UNIPAMPA

Profa. Dra. Daniela Drummond

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **CLAUDIO JUNIOR DAMIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/01/2025, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **DANIELA ROCHA DRUMMOND, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/01/2025, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/01/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1656021** e o código CRC **EFF3414B**.

“Capricha lá, filha!”

AGRADECIMENTOS

Enfim os agradecimentos. Gostaria de começar agradecendo as pessoas que estão desde o início comigo e me apoiaram independente de qualquer coisa, minha mãe Selvina, meu pai Ademar que são minha base, o alicerce de tudo que construí até hoje, além do apoio que sempre tive deles, agradeço pelos meus princípios, agradeço pelo meu caráter, agradeço pela minha autonomia, por me deixarem errar e principalmente agradeço pelo persistir. Agradeço por todos os “capricha lá, filha” que meu pai dizia quando me deixava na entrada da escola e todo tempo útil da vida da minha mãe, zelando pelo meu bem estar físico e mental.

Sigo com meus agradecimentos pelas pessoas que sempre estiveram ali, minha irmã, meu irmão, meus sobrinhos que mesmo sem saber sempre foram combustível. Minha “mãedrinha” e meu “paidrinho” e minha irmã do coração, Eleandra (Gé), que sempre me apoiou em tudo e involuntariamente sugeriu o tema do meu TCC em uma conversa informal dentro de um ônibus, em um sábado de manhã. Agradeço aos amigos que passaram pela minha vida e aos que permanecem até hoje. Meu padrasto, minha madrasta que fizeram parte da minha trajetória. Agradeço a todos que me acompanharam de longe e de perto e que mesmo sem eu saber torceram por mim.

Tenho muita gratidão pelo meu orientador Cláudio, que me apoiou e me guiou pelo melhor caminho, na escrita e desenvolvimento do meu trabalho, deixando minhas ideias fluírem livremente. Assim como agradeço a todos os docentes que desde criança passaram e contribuíram para a minha educação, sou imensamente grata pelo privilégio de ter frequentado escolas públicas e instituições federais de ensino.

Agradeço a Deus e ao universo por ter sido tão generoso com a minha trajetória até aqui. E espero que seja o começo de uma grande caminhada, buscando o destino que for!

RESUMO

Esse estudo tomou como objetivo, trazer à tona uma realidade que muitas vezes é pouco discutida, que é o acesso às políticas públicas para as mães universitárias. Então, para essa pesquisa foi utilizada uma metodologia qualitativa feita através de entrevistas com algumas mães e gestores da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, onde o intuito é trazer informações do que já existe de leis e políticas públicas e quais são as reais necessidades desse público alvo. É de extrema importância que exista essa discussão e debate dentro da comunidade acadêmica, juntamente com alunos e professores, para que principalmente essas mulheres tenham um entendimento amplo sobre seus direitos e que o acesso à informação seja para todos. Buscando cada vez mais a melhoria na qualidade de vida das mesmas e para que essa jornada dupla, muitas vezes cansativa, seja trilhada de uma forma plena, para que tenham sua ascensão social por intermédio dos estudos.

Palavras-chave: Mães, universitárias, universidade

ABSTRACT

This study aimed to shed light on a reality that is often little discussed: access to public policies for university mothers. Therefore, a qualitative methodology was employed for this research, consisting of interviews with some mothers and administrators at the Federal University of Pampa, São Borja campus. The intention is to provide information on existing laws and public policies and to understand the real needs of this target audience. It is of utmost importance that there is discussion and debate within the academic community, alongside students and teachers, so that these women, in particular, have a comprehensive understanding of their rights and that access to information is available to everyone. The aim is to continually improve their quality of life, ensuring that this dual journey, often exhausting, is undertaken in a fulfilling manner, allowing them to achieve social advancement through education.

Keywords: Mothers, university students, university.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1.....Ciclo de Políticas Públicas

LISTA DE ABREVIATURAS

UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1. O CONCEITO E O CÍCLO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	13
2.2. A TRAJETÓRIA DA MULHER E A ESCOLARIZAÇÃO.....	17
2.3. MULHER E A MATERNIDADE.....	19
2.4. A MATERNIDADE E A UNIVERSIDADE.....	20
3. ENTREVISTAS.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Analisando o contexto social hoje, é possível analisar a trajetória de diversas conquistas das mulheres no mundo. Desde o direito de ir e vir até o acesso a diversas instituições de ensino, trazendo assim uma vida mais digna a esse público em específico. A realidade de cada indivíduo é única, assim como suas experiências, porém é de extrema importância ressaltar que a mulher por muito tempo foi colocada somente como figura de reprodução e cuidadoras dos lares. Conforme essa realidade foi mudando, muitas leis acompanharam essas evoluções, falando em especial sobre as leis que amparam essas mulheres nas universidades.

Essa pesquisa justifica-se, pois hoje pode-se notar uma lacuna a ser preenchida para mulheres que vivem uma jornada dupla entre ser mãe e universitária. É fato que a partir do momento que uma mulher se torna gestante/mãe uma brusca mudança ocorre em sua vida, tanto particular, quanto acadêmica, sem contar que muitas vezes essa jornada dupla é uma caminhada solo em que não possui rede de apoio exterior. Pensando nesses fatores e analisando essa trajetória dentro da universidade é possível dizer que a demanda dessas mães não condiz com o que lhe é oferecido dentro dessa instituição?

O objetivo principal deste trabalho é identificar quais são as políticas públicas para as mães que estudam na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja. Para isso se faz necessário, verificar o grau de conhecimentos das mães em relação a essas políticas públicas (programa/projetos), averiguar a utilização dessas políticas públicas pelo público alvo, fazer um levantamento de dados referente às gestantes e mães que utilizaram e utilizam dessas políticas e também verificar quais são as políticas implementadas nos dias de hoje, dentro a Unipampa campus São Borja.

Para que seja obtido todos esses dados, será utilizado o método de pesquisa qualitativo que será aplicado através de um questionário com perguntas objetivas e discursivas para as mães universitárias e também gestores da Unipampa, essas entrevistas serão gravadas e transcritas para o documento. De acordo com Heloisa, *“A metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas,*

principalmente, devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados” (MARTINS, 2004 p.295).

Uma característica importante do método qualitativo é a flexibilidade para a análise dos dados coletados, pois existem múltiplas abordagens metodológicas, que podem ser analisadas com diversas perspectivas. Nesse conceito de mães, por exemplo, serão incluídas as mulheres gestantes, mulheres no puerpério e mulheres que já têm ou tiveram filhos de zero a seis anos no período da graduação.

Essa pesquisa foi dividida em quatro tópicos importantes que explicam e trazem um sentido para a resposta da problemática. Primeiramente o conceito de política pública que é um dos principais temas deste trabalho, de suma importância para se ter uma maior compreensão do que vem a ser os direitos dessas mães dentro da universidade. A segunda subdivisão é a trajetória da mulher e sua escolarização, que busca mostrar quais foram os enfrentamentos das mulheres para se inserir dentro de universidades. O terceiro tópico, mostra as questões que transitam entre as mulheres e a maternidade e como a evolução cultural modificou a posição da mulher dentro da sociedade. Por fim, o referencial teórico traz uma breve percepção da mulher-mãe dentro das universidades e as dificuldades durante essa trajetória até sua formação. Por fim, o referencial teórico traz a relação da maternidade e universidade, é um sub-capítulo que mostra sobre quais direitos esse público tem dentro de universidades.

Após os conceitos apresentados, foram realizadas as entrevistas que foram realizadas com três mães que estudam e já estudaram nos cursos de graduação da Unipampa campus São Borja. Essas entrevistas têm o intuito de trazer as experiências individuais dessas mães e quais são seus relatos e reais necessidades dentro da universidade. Além das entrevistas com as mães, foram realizadas entrevistas com assistentes sociais e com a direção do campus.

As considerações finais trazem uma análise desses dados coletados nas entrevistas, com o objetivo de fazer um comparativo entre essas falas principalmente das mães, para mostrar quais pontos em comum as mesmas evidenciaram.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O CONCEITO E O CÍCLO DA POLÍTICA PÚBLICA

Para começar uma análise de políticas públicas é fundamental conceituar o que de fato é política, assim podendo aprimorar alguns conceitos que virão a seguir.

Então:

Politics, na concepção de Bobbio (2002), é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. [...] O segundo sentido da palavra “política” é expresso pelo termo *policy* em inglês. Essa dimensão de “política” é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação” (SECCHI, 2012. p.1).

RUA (2014, p. 17), também traz o conceito de política muito bem definido em sua visão. Para ela o termo política, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder e buscam sempre uma solução pacífica para conflitos da sociedade relacionados às decisões políticas. Ela traz essa diferenciação do termo *politics* e do termo *policy* que significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política.

Pode-se analisar diversas áreas a partir do conceito de política, como por exemplo, na área da saúde, educação, do meio ambiente, entre outras. Porém um estudo que avança muito em suas definições e abrangem diversas ramificações, é a política pública, um termo não só utilizado em disciplinas específicas de uma graduação ou dentro de uma Câmara de Vereadores, por exemplo. As políticas públicas são vistas em todos os âmbitos da sociedade e vêm tomando seu espaço. Celina (2003) começa um de seus estudos sobre políticas públicas mapeando os problemas, onde diz que analisar e dar ênfase aos mesmos não faz com que sejam de difícil solução, pelo contrário, sucedem o crescimento da disciplina existente entre os atores.

Um dos primeiros problemas encontrados no estudo de Celina (2003) é o escasso conhecimento sobre a área. Isso torna-se um problema, pois os conhecimentos sobre esses estudos se consistem em rasas pesquisas e muitas vezes sem fundamentação. O segundo problema citado foi a vasta área que as políticas públicas abrangem e o grande número de estudos de caso que a mesma

traz, assim junto com ela um conhecimento horizontal onde isola as políticas públicas e começa a ser analisados com mais ênfase os pontos específicos.

Buscando uma definição concreta do que são essas políticas públicas, pode-se analisar o termo em si. Secchi (2012) diz que o termo política pública (*public policy*) está vinculado ao segundo sentido que Bobbio fala sobre política, ou seja, política pública trata do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, além do processo de construção e da atuação dessas decisões. Pode-se dizer que uma política pública é uma diretriz elaborada para resolver um problema público (SECCHI, 2012).

As decisões e ações tomadas a partir das demandas propostas trazem duas definições a serem pensadas também e que ajudam nessa distinção dos dois lados dessa relação de poderes existentes. Souza (2009), traz a diferenciação do que é política pública e o que é a decisão política, onde a primeira busca diversas estratégias para implementação das decisões tomadas, envolve muito mais do que apenas uma medida tomada, Já uma “Decisão Política” é uma escolha dentre diversas possibilidades, essa escolha varia conforme uma determinada hierarquia dos interesses dos atores envolvidos e uma certa adequação dos fins pretendidos para a realidade dos meios disponíveis. Então, “mesmo que a política pública leve a uma determinada decisão política, nem toda decisão vai concretizar uma política pública” (SOUZA, 2009, p. 20).

Depois de uma definição sobre *politics* (política) e *public policy* (política pública), tem-se uma breve descrição de quais os tipos de política pública de acordo com as definições de Secchi (2012). Ele traz uma visão de David Easton (1953), que entende as políticas públicas como o resultado do processo político que transforma *inputs* que são as demandas e apoios em *outputs* que são as decisões e ações, ou seja, traz soluções às necessidades. Além desse entendimento, Lowi (1972) traz uma visão onde as políticas públicas determinam a dinâmica política, pois existem variações na estrutura e como podem se modificar de acordo com a demanda da política pública em questão, é de suma importância frisar qual o tipo de política pública está sendo analisada.

Todo esse processo de criação de uma política pública é conhecido como ciclo de políticas públicas, o termo em inglês *policy cycle*. Esse ciclo consiste em

sete etapas principais, sendo elas: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação e por fim 7) extinção. O ciclo se organiza dessa forma sendo fases sequenciais e interdependentes. (SECCHI, 2012, p. 33)

Toma-se como base essas etapas, mas nem sempre esse ciclo reflete o que realmente acontece na prática ou vida de uma política pública. Sua sequência pode ser alterada e modificada conforme as necessidades.

Figura 1.1 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: SECCHI, 2012. pág. 33

O ciclo de políticas públicas serve como um norteador para pesquisadores, políticos administradores e afins para que possuam uma base para a organização de ideias e tenham um comparativo para casos de políticas que não tenham a mesma natureza e estrutura. Será brevemente citado todos os conceitos desse ciclo de políticas públicas, para que haja uma maior compreensão no decorrer do trabalho.

Secchi (2012, p. 34) explica que “um problema é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível”, ou seja, é identificar a diferença do que é para o que gostaria que fosse, no caso das políticas públicas. Um problema público pode

surgir de diversos meios, como catástrofes ambientais ou pode surgir de forma gradativa, como burocracias e congestionamentos nas cidades. E é mediante a essa identificação que surge qual a questão que vai ser solucionada.

O passo seguinte desse ciclo, pela ordem, seria a formação da agenda, onde Secchi traz que essa “agenda” é um conjunto de problemas e temas que são ditos relevantes (p. 36). A partir disso ele traz o conceito de agenda em dois tipos: agenda política, que se refere a “um conjunto de problemas que a comunidade política entende como merecedor de uma intervenção pública” e a agenda formal “é aquela formada por problemas que o governo já decidiu enfrentar” (RAEDER, 2014, p. 130).

Nessa etapa de construção de alternativas é onde são elaborados os métodos, programas, estratégias ou ações que chegam mais próximo possível dos objetivos já estabelecidos. Cada uma dessas alternativas é composta por diversos recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros (SECCHI, 2012. pág. 37).

Raeder (2014, p. 130) comenta uma formulação dividida em três fases: na primeira fase o agrupamento de dados seria convertido em informações relevantes para os objetivos, a segunda fase traz a combinação de valores e princípios com os fatos para que a partir disso sejam produzidos conhecimentos sobre a ação e por último, na terceira fase é onde o conhecimento empírico e normativo é devidamente utilizado para ações públicas.

Logo após a formulação das alternativas a próxima etapa a ser seguida é a tomada de decisão. De acordo com Secchi (2012, p. 40) “a tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicados”.

A partir disso surgem os modelos da racionalidade, onde é especificado as tomadas de decisão a partir de onde os problemas se originam. O primeiro modelo de racionalidade absoluta traz a decisão como uma “atividade puramente racional” já no modelo de racionalidade limitada é levado em conta as limitações cognitivas e informativas e que os atores não conseguem lidar com a complexidade dos problemas em questão. Esses dois modelos de racionalidade seguem passos sequenciais e um padrão ideal.

Na fase da implementação é onde se tem a consolidação da solução dos problemas definidos na agenda decisória, onde os mesmos são tratados de acordo com os critérios definidos no passo anterior. É nessa fase do ciclo que surgem os resultados concretos da política pública, de acordo com Secchi (2012, p. 45) “a importância de estudar a fase da implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e falhas que costumam acometer essa fase do processo...”.

A fase da avaliação da política pública é o momento em que são examinados os processos de implementação e o desempenho da política pública em si, tendo em vista conhecer melhor o estado da mesma e o nível de redução do problema que ela gerou.

A fase de avaliação pode ocorrer em três diferentes etapas da implementação da política: antes (ex ante), durante (in itinere ou monitoramento) ou depois (ex post). Importante considerar que os parâmetros de avaliação devem ser claramente expostos, a fim de que esta etapa sirva adequadamente para a melhoria das atividades em curso e para a formação dos envolvidos mais diretamente com a política. (Raeder, 2014 p. 15)

Para Raeder, o ciclo das políticas públicas se encerra no momento de sua avaliação, porém para Secchi a sua última fase é a de extinção da política pública. Basicamente existem três motivos para a extinção de uma política pública: o primeiro é quando o problema que gerou essa política é resolvido; o segundo é quando esses programas, leis ou ações criadas acabam sendo ineficazes para o determinado problema e o terceiro motivo é que com o decorrer do tempo perdeu progressivamente a importância na agenda política.

Assim como na criação de uma política, a extinção necessita de uma janela de oportunidade. Esses momentos vêm juntamente com reformas ministeriais, mudanças de mandatos executivos e legislativos e essas aprovações de orçamentos são muito pontuais e essas políticas em questão podem ser extintas ou substituídas.

2.2. A TRAJETÓRIA DA MULHER E A ESCOLARIZAÇÃO

Segundo Chaui (2003) a universidade é uma instituição social, dessa forma ela influencia na organização e o modo de funcionamento da sociedade e por várias

décadas a educação superior era restrita somente para um determinado perfil de pessoas, onde uma característica determinante do mesmo era o gênero. Durante muitos anos a sociedade brasileira foi marcada por uma grande desigualdade de gênero, principalmente no processo de escolarização. Essa situação começa a trilhar um caminho diferente a partir da década de 1970, pois surgem os questionamentos sobre qual era a real posição social e econômica da mulher no âmbito da educação superior (VENTURINI, 2017, p 1).

A mulher deve superar os fatores psicossociais que interferem em diversos âmbitos de sua vida, tanto para cursar uma faculdade ou as outras delimitações que decorrem desses fatores. Barroso diz que:

Esses obstáculos constituem-se dos valores ou estereótipos relativos ao papel social da mulher, veiculados sutil ou ostensivamente pela família, por outros grupos de referência e pelos meios de comunicação de massa, e reforçados pelo sistema escolar [...] Não sendo a profissão considerada o destino prioritário da mulher, é possível que as famílias e as próprias jovens considerem mais seguro fazer um curso ao final do qual ela se encontre habilitada ao exercício de uma profissão, ainda que esta seja de pouco prestígio e baixa remuneração (BARROSO, MELLO, 1975, p. 50).

Como é possível perceber além de toda pressão social que a mulher sofre na inserção na vida acadêmica, também existe uma pressão de qual profissão poderá exercer. Um aspecto importante dentro desse contexto é a mobilidade social que o acesso à educação proporciona, ou seja, a busca e obtenção de um diploma do ensino superior gera uma qualificação maior perante a qualquer disputa dentro da sociedade, como por exemplo, a disputa por uma vaga de emprego. O acesso à educação possui um papel fundamental na distribuição de oportunidades dos indivíduos (VENTURINI, 2017, p 3).

O ingresso das mulheres nas universidades em todo o mundo ocorreu somente em 1837, nos Estados Unidos onde se criaram universidades exclusivas para mulheres, em Ohio onde a primeira dessas universidades surgiu, Women's College. Já no Brasil, a primeira mulher a ingressar no ensino superior no Brasil, em 1887 na Bahia, formando-se pela faculdade de medicina (BEZERRA, p 4).

Em 1879, o decreto Lei nº 7.247/1879 trouxe a reforma no ensino primário e secundário, trazendo diversas mudanças nos mesmos, uma delas era o livre acesso aos ensinos primário e secundário, inclusive para as mulheres de acordo com o

decreto “*Art. 1º E’ completamente livre o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio, salvo a inspecção necessaria para garantir as condições de moralidade e hygiene*”. Nesse decreto é possível analisar que algumas disciplinas com viés doméstico eram destinadas apenas para “meninas”, como por exemplo, “noções de economia doméstica” e para os “meninos” disciplinas como “noções de economia social” (BRASIL, 1879).

Na atualidade é notável a diferença na distribuição de lugares ocupados dentro das universidades. A realidade do século passado mudou e hoje as mulheres são maioria na educação superior brasileira, de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2010, 57% das matrículas são ocupadas por mulheres. Inclusive o índice segue proporcional quando se trata da conclusão dos estudos onde mostram que 60% dos concluintes são mulheres (TAKAHARA, 2016, p 611).

É incontestável a evolução da realidade das mulheres com o passar dos anos e de todas as suas conquistas, porém é necessário que as universidades pensem em um ambiente favorável para os universitários e suas particularidades. Em especial as mulheres e suas condições específicas, onde na maioria das vezes sua jornada se difere dos homens e pensando nesse contexto o acesso acaba sendo diferente e mais desafiador.

2.3. MULHER E A MATERNIDADE

Nessa pesquisa a busca pelo entendimento sobre a relação entre maternidade e universidade é essencial, porém antes disso nos deparamos com a questão da mulher e maternidade. Atualmente é perceptível a mudança de posição da mulher na sociedade, porém existe sempre o conflito sobre a pressão de ter uma vida que já é pré-estabelecida pela sociedade, ou seja, crescer, casar e constituir uma família com filhos.

A maternidade pode variar conforme a cultura de uma sociedade e podem ter diferentes práticas associadas. Nas antigas famílias existia uma estrutura já definida, onde os casamentos eram permeados por acordos que se baseavam por interesses financeiros e juntamente com esse fato a maternidade era vista também como um

papel socialmente construído com base em expectativas e pressões associadas a ela. Todas essas questões muitas vezes acabam por dificultar a conciliação com outras áreas da vida da mulher (EMIDIO E HASHIMOTO, 2008).

2.4. A MATERNIDADE E A UNIVERSIDADE

Muito se fala da jornada das mulheres mães e universitárias, porém pouco é comentado sobre quais são os apoios que elas têm dentro do ambiente acadêmico. Uma longa jornada percorrida dentro da sociedade, onde ao decorrer desse caminho muitas conquistas alcançadas pelas lutas femininas e dentro dessas conquistas se encontra o acesso à educação.

Mesmo diante desse processo de emancipação da mulher e de seu acesso às diversas áreas da sociedade, ainda existe o debate de quais são suas dificuldades para o acesso e o êxito no ambiente acadêmico. Um dos fatores que gira essa questão é a maternidade e os deveres domésticos exclusivos dessa experiência. De acordo com Santos e Silva (2011):

No caso de estudantes que deixam a Universidade, em função da necessidade de trabalhar ou de se ocupar dos filhos, temos aí um “tipo” de saída, que, para muitos, é vivida como uma espécie de adversidade da vida, pois conhecem a importância da longevidade escolar com obtenção de diploma, como fator de preparação intelectual e mobilidade social. No cotidiano da sala de aula, são inúmeras as histórias desse tipo entre estudantes mais velhos e que retornam, por vezes, muitos anos depois, em busca de continuar sua formação acadêmica. (SANTOS e SILVA, 2011, p.256).

As atividades e deveres acadêmicos parecem não se complementar e conciliar com a vida materna da mulher, exigindo essa jornada dupla e cansativa, onde por muitas vezes elas optam por interromper a jornada acadêmica. As mães universitárias precisam de uma rede de apoio para que consigam prosseguir com essa jornada dupla, o que hoje, não é a realidade de todas. Então surge uma questão latente: quais são as políticas que sanam as necessidades dessas mães dentro das universidades federais para que não haja a evasão das mesmas?

Analisando a história existem leis que começam a visar o futuro acadêmico dessas mães desamparadas. O primeiro deles é o decreto de lei nº 1.044 de 21 de

outubro de 1969, onde “dispõe o tratamento excepcional para alunos portadores das afecções que indica”, logo após em 1975 a lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975 que:

Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo decreto-lei 1.044, de 21/10/1969 (que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica), e dá outras providências (BRASIL, 1975).

Um dos projetos de lei mais recentes e que ainda está esperando aprovação do Senado Federal é o nº 2.350/2015 de 14 de julho de 2015, onde mostra a seguinte modificação:

Dá nova redação à Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que “Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências” e à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para assegurar os direitos educacionais às gestantes (BRASIL, 2015)

Esse projeto de lei criado pelo deputado Jean Wyllys (2015), revela a justificativa da sua eficácia, pois traz um sentido de dualidade. O seu primeiro propósito é dar uma garantia às mães estudantes de uma extensão do prazo de afastamento de suas atividades domiciliares, que está disposto na Lei nº 6.202, de 1975 e oferecer boas condições de direito à educação para essas mães. O segundo propósito dessa lei é assegurar qualidade de vida para essas crianças, desde a fase gestacional até os primeiros meses de vida.

Até o momento, a última atualização sobre o tema aconteceu recentemente com a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Dentro do capítulo VIII tem-se o Art. 22 e o Art.23 que visam o programa de permanência parental na educação. Então:

Art. 22. O Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe) destina-se a criar infraestruturas física e de acolhimento direcionadas às necessidades materno e paterno-infantis das famílias de estudantes que sejam mães ou pais de filhos menores de 6 (seis) anos de idade e que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Art. 23. São objetivos do Propepe:

I - acolher as famílias de estudantes com filhos menores de 6 (seis) anos de idade de modo a permitir o acesso, a permanência e a progressão de discentes enquanto desenvolvem suas atividades acadêmicas;

- II - oferecer espaços físicos de acolhimento adequados para mães e pais com filhos de até 6 (seis) anos de idade para que tenham as melhores condições de envolvimento com os cursos e a aprendizagem;
- III - criar espaços infantis e considerar a oferta de atividades lúdico-pedagógicas para filhos de estudantes, com até 6 (seis) anos de idade, incluídas atividades práticas pedagógicas no âmbito da extensão universitária (BRASIL, 2024).

A PNAES visa ampliar e melhorar as condições de permanência para estudantes que estão matriculados em instituições federais, sendo elas de educação superior ou de educação profissional tecnológica. As unidades que são responsáveis por essa política são a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC).

Agora em 2024 é de obrigação dessas instituições federais o acesso para essas mães que se encaixam nesse programa. A presente pesquisa busca saber se esses programas existem ou se irão ser implementados na UNIPAMPA campus São Borja.

3. ENTREVISTAS

As entrevistas para o presente trabalho foram realizadas com três mães universitárias sendo que uma delas não é mais aluna da universidade em questão. Além dessas mães, foi de suma importância a conversa com dois assistentes sociais do campus e com a atual gestão. As entrevistas são específicas para mães que são ou já foram alunas de algum curso de graduação da Unipampa campus São Borja, além disso que eram gestantes ou com filhos de zero a seis anos. Para se referir às mesmas, será utilizado pseudônimos como aluna 1, aluna 2, assim sucessivamente.

A aluna 1 foi graduanda do curso de Serviço Social, cursou de 2019 à metade de 2020 e seu filho tinha apenas ano e alguns meses (que não foram especificados).

De acordo com as perguntas que foram feitas ela relatou que nunca procurou a coordenação para saber se existia algum recurso ou direito a ser desfrutado por ela e que nunca ganhou o auxílio creche enquanto estudava. Sobre a relação dos professores, a aluna 1 explica que tinha livre acesso dentro da faculdade e sala de aula, tentou colocar o bebê na creche, porém não teve êxito pois ele não conseguiu

uma boa adaptação. Citou que alguns professores auxiliavam durante a aula e que se sentia livre em relação a essa questão.

A aluna 1 relata que não existia nenhum espaço específico para amamentação ou para preparar o alimento para a criança, então tinha somente a ajuda das mulheres que trabalhavam no Restaurante Universitário (RU) para fazer o alimento do bebê. Além disso, ela comentou que nunca viu ou ouviu falar sobre campanhas e publicidades que divulgassem algum assunto sobre o tema maternidade ou até mesmo sobre o direito ao auxílio creche no valor noventa reais, que foi implementado no ano de 2014.

Ela tinha rede de apoio em casa, porém não conseguia deixar seu filho pois o mesmo não ficava longe dela, se não existisse essa rede de apoio não teria como seguir no curso. Ela complementa: “na minha época, ela (universidade) não oferecia uma rede de apoio específica, um auxílio específico”. Além disso, acrescenta que:

Hoje se eu precisasse volta a estudar deveria ter algo dentro da faculdade que abraçasse a causa, para a gente ficar mais tranquila [...] uma sala com alguns monitores que cuidassem das crianças [...] por que por mais que eu tivesse ajuda de alguns professores ali, não era a mesma coisa que tu se concentrar sozinha.

Ela cita que se sentiria muito segura com o espaço para a criança, pois estaria no mesmo lugar que ela, que não precisaria se deslocar e perder aula. A aluna 1 comenta que a Unipampa não tem estrutura para receber as crianças. Além disso, foi questionado sobre a questão de existir um espaço de debate para essas mães. Ela comenta sobre essa questão e diz que é extremamente necessário. Acrescentou que: “da mesma forma que tem roda de conversa para outras categorias e pautas, por que para mães não tem?”

A aluna 2 é também graduanda do curso de Serviço Social na Unipampa campus São Borja, desde 2019. Engravidou em 2022 e ganhou seu bebê no ano de 2023, não procurou nenhuma informação sobre auxílios, porém na época conversou com a coordenação de curso e fez o pedido de atividades domiciliares. Ela cita que os professores do curso sempre foram solícitos e compreensíveis.

Enquanto estava grávida não recebia nenhum benefício e ela optou por não ficar em nenhum momento afastada das atividades durante o puerpério, pois não queria atrasar mais o curso. Em nenhum momento teve acesso espontâneo às

informações sobre o auxílio creche e que na realidade ficou sabendo, pois foi informada por uma amiga desse direito e nunca ouviu falar em nenhum projeto dentro da universidade para mães.

Sempre amamentou durante a aula e recebia apoio sobre essa questão, quando foi introduzida a alimentação do bebê as duas faziam suas refeições no RU. Sentia a necessidade de um espaço específico e acessível para estar com ela tranquila. Ela cita que já pensou em deixar o curso depois que a bebê nasceu, pois essa jornada dupla era sozinha. “Era uma jornada super cansativa, na verdade eu não lia os textos para as aulas, eu não fazia os trabalhos se tivesse que fazer sozinha...” Além disso, acrescenta que deveria existir “auxílio financeiro maior e um espaço aberto, que tenha alguém cuidando da criança”.

A aluna 3 traz uma realidade um pouco diferente das demais mães. Ela estuda na Unipampa desde 2019 e cursa Ciências Sociais - Ciência Política no turno da noite. Sua gestação também foi diferente por se tratar de uma gestação gemelar, o que automaticamente se encaixa em uma situação de risco tanto para os fetos quanto para a gestante (FEBRASGO, 2021. P.4). A aluna também possuía uma jornada até a universidade distinta, pois se deslocava da cidade de Itaqui em transporte escolar.

Ela mencionou que depois que descobriu a gravidez, recebeu as orientações médicas de que não poderia mais usar o transporte. O benefício que ela teve foi a flexibilidade na hora do ensino remoto, foi tudo conversado e combinado com a coordenação do curso. Além disso, a aluna 3 cita que tinha conhecimento sobre o auxílio creche e que foi informada por parte da universidade, porém nunca solicitou.

Ela nunca foi informada sobre algum espaço para que pudesse utilizar com seus filhos após o nascimento. Ela nunca precisou utilizar nenhum espaço referente a isso, pois sempre teve uma rede de apoio externa para que continuasse a frequentar as aulas, se caso fosse necessário.

Quando questionada sobre o que acha necessário ter na universidade se fosse fazer o estudo presencial com os dois bebês, a aluna 3 sugeriu “um espaço kids com uma pessoa contratada para cuidar das crianças no horário de aula”. Além disso, relatou que pelo benefício e flexibilidade das aulas remotas ela sempre ficou

tranquila que ia conseguir concluir o curso e não encontrou grandes problemas referente a permanência.

Partindo dessas entrevistas com as mães, é possível perceber aspectos em comum entre elas dentro da universidade. Ambas comentam sobre a dificuldade dessa jornada dupla entre ser universitária e mãe, além disso citam que um espaço dentro da universidade é de extrema relevância para a permanência das mesmas nos cursos. Duas dessas mães tinham auxílio de terceiros dentro da universidade, como por exemplo, professores e funcionários, então o que se pode perceber é sempre uma dependência de outras pessoas para que essa rotina funcione.

Além das entrevistas realizadas com essas mães, também foram realizadas com dois assistentes sociais da universidade e com a gestão atual. Será utilizado pseudônimos como assistente social 1, assistente social 2 e gestão atual.

Na entrevista com o assistente social 1, foi abordado principalmente o que existe na universidade que ampara essas mães e o que pretende ser modificado, visto que, por lei será implementado novas modificações para esse público. Então, ele começa explicando que na graduação presencial no campus São Borja é de suma importância que se tenha atenção especial tanto na parte acadêmica quanto social, pois ele já presenciou casos em que não houve a conclusão do curso dentro do prazo estipulado.

Ele comenta sobre esses dois vieses sobre a parte acadêmica: “Hoje o máximo que tem é algumas atividades em casa”. Logo após, comenta a questão social para esse público dentro da universidade:

E também tem a questão de quando já tem filho, tem a questão de qual o suporte que tem hoje quando a mãe está na Unipampa? O auxílio creche, que seria uma questão social. Claro que poderia aumentar, por exemplo, essa questão da parte social tu poderia dar os serviços, que aí sim teria uma sala com berçário, brinquedoteca...

Hoje, no presente momento da pesquisa no total são 5 auxílios-creche na Unipampa campus São Borja. O valor desse auxílio é de noventa reais. Para uma mãe receber esse auxílio a mesma precisa se encaixar em algumas condições socioeconômicas, como sua renda ser de até 1,5 salários mínimos e de acordo com o assistente social 1, a partir do ano de 2025 vai mudar para 1 salário mínimo. Além

disso, o filho tem que ter entre 0 e 5 anos 11 meses e 29 dias, que é o limite para completar 6 anos. Esse auxílio pode ser recebido até 1 ano além do mínimo do curso. Uma questão pertinente é a dilatação desse tempo para a formação da mãe universitária.

Ele complementa o raciocínio explicando que a ideia é que todo campus tenha um espaço para mães e futuras mães. A questão é que o dinheiro da universidade é dividido em custeio, estrutura e assistência estudantil que é subdividida em bolsas e serviços (RU, Moradia Estudantil). A ideia é fazer a estruturação do espaço que foi pedido para o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE) pensar em como seria o espaço para acomodar as mães e seus filhos, a ideia inicial seria uma sala com brinquedoteca, berçário e as coisas essenciais. A questão seria sobre os monitores da sala, pois não existe uma verba para isso, não tem concurso e nem dinheiro para terceirizar o serviço. “Pode conseguir o dinheiro para estrutura, para o serviço não sei como seria. Na verdade, pode ter tudo, mas até que ponto como gestão é possível ter” destaca o assistente social.

O Assistente social 2 comenta que quando iniciou na instituição esse tema não era comentado. Ele cita que hoje a Unipampa não tem nada além do auxílio, que ainda está muito abaixo da média e hoje estão iniciando uma política de apoio à permanência materna, com a criação de salas que visam receber as mães e as crianças, porém ainda está em implementação.

Assistente social 2 comenta que o ideal é que se tenha “um coletivo de mães, organizado dentro da universidade e a partir desse coletivo entender o que essas mães precisam. É uma discussão ampla que deve ser feita com vários setores da universidade”. Envolve o trabalho com docentes para que entendam o acesso da mãe com a criança dentro da sala de aula e também a dilatação do tempo de entrega para os trabalhos, além disso uma assistência do RU para que essas crianças também consigam fazer suas refeições sem custo. Ele comenta também que a sala seja mais equipada para receber esse público, além de um aumento do auxílio creche e também pensar em mães que têm filhos com deficiência acima de seis anos.

Na entrevista com a direção do campus foram abordados principalmente sobre quais são as necessidades dessas mães dentro da Unipampa campus São Borja. O diretor comenta: “Nós não temos um levantamento numérico dessa demanda no campus”, porém hoje dentro do campus, por iniciativa da direção, existe um projeto chamado “UNIPAMPINHOS”, onde de acordo com o mesmo é um espaço que foi criado justamente para sanar em partes às necessidades dessas mães e crianças dentro da universidade.

Esse espaço acolhe as crianças nos horários em que as mães estão dentro da universidade, essas crianças desenvolvem brincadeiras e atividades juntamente com monitores bolsistas. Além disso, esse projeto teve uma extensão dentro do 16º Salão de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) da Unipampa campus São Borja, que foi chamado de “SIEPINHOS”, onde durante o evento as mães e pais poderiam deixar seus filhos em uma sala específica com monitores, para que pudessem assistir e apresentar seus trabalhos.

Sobre questões de infraestrutura para essas mães, o diretor menciona que já atendiam algumas demandas como, por exemplo, a amamentação dentro do cantinho do acolhimento. E, sobre uma possível previsão de aumento do auxílio creche, ele não soube ao certo se existe essa possibilidade, então sugeriu uma conversa com a Pró-Reitora de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão (PROCADI). Porém já havia sido realizada a entrevista com um assistente social que já fez parte da PROCADI.

Questionado sobre um possível coletivo de mães, o entrevistado comenta que existe uma burocracia para a divulgação e implementação de diversos projetos. Além disso, ainda menciona que no decorrer desse semestre estão ocorrendo muitas mudanças e atualizações sobre esse tema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs trazer uma análise sobre quais são as políticas que já estão implementadas dentro da Universidade Federal do Pampa campus São Borja, que suprem as necessidades das mães universitárias. Foi possível fazer um levantamento que hoje, dentro da Unipampa campus São Borja, existe como subsídio somente o auxílio-creche no valor de noventa reais. Além disso, essas mães podem fazer o uso do regime domiciliar e têm direito a afastamento das atividades por um período determinado pelo laudo médico.

No presente momento da dissertação desta pesquisa, obtivemos novos dados sobre o tema. Em julho a PNAES teve uma atualização em um de seus capítulos que é o programa de permanência parental na educação, onde traz a demanda principal para a criação de um espaço que possa receber as crianças de até seis anos dentro da universidade.

Levando em consideração que hoje na Unipampa campus São Borja existe somente o auxílio-creche, é fácil perceber que a demanda dessas mães não condiz com o que está sendo oferecido. Quando realizadas as entrevistas com as mães foi possível analisar que as mesmas têm alguns pontos em comum.

As principais demandas das mesmas, no que diz respeito à infraestrutura, é sobre ter justamente um espaço específico para receber seus filhos. Onde tenham monitores que auxiliam durante o período em que elas estão dentro da sala de aula. As mães trouxeram como relato que em nenhum momento foram informadas sobre o auxílio-creche ou quais seriam seus direitos dentro da universidade, além disso em suas falas afirmam que seria de extrema importância um coletivo para mães dentro do campus.

Em contrapartida nas entrevistas por parte da universidade, é possível analisar que existe pouca demanda dessas mães para a direção e coordenação do campus, hoje somente cinco mães fazem o uso do auxílio-creche. Uma possibilidade dessa pouca demanda é o baixo acesso à informação dessas mulheres dentro da Unipampa.

Visando sanar essa falta de informação seria necessário, como já dito, o coletivo de mães organizado dentro da Unipampa. Nesse coletivo seriam abordados

quais são as principais questões para a permanência plena desse público dentro da universidade, pois para que esses pontos sejam resolvidos requer uma ação coletiva com diversos setores, incluindo direção, assistência e professores.

Além disso, pensar sobre a possibilidade de um aumento no auxílio-creche. Pois em uma pesquisa simples, na janela do Google é tem-se dados referentes ao custo para se ter um filho nos primeiros anos de vida, de acordo com a Lisandra uma criança dos seis meses aos dois anos de idade a pode ter um custo médio de vinte e quatro mil reais, contando com alimentação, vestuário, educação, saúde, entre outros gastos adicionais (PINHEIRO, 2024).

Uma questão pertinente e que envolve modificar em partes a infraestrutura da universidade é a sala especial para crianças. Isso é um tema que vem sendo implementado e movimentado muito durante esse último ano, está previsto em lei uma sala que comporte as mães e seus filhos. Através da entrevista com o diretor do campus, traz a informação que hoje existe um projeto de sala com esse viés, porém é algo bem inicial e que requer mais recursos para se tornar ideal. É necessário que a universidade faça um levantamento dessas mães que se iriam utilizar desse recurso, para saber quais são suas necessidades.

As mulheres, desde sempre, acabam sendo sobrecarregadas por tarefas domésticas e muitas vezes seus interesses individuais são deixados de lado, principalmente quando se é mãe. Quando existe a possibilidade da busca pela ascensão profissional e social por meio dos estudos, existe uma grande camada que as divide e limita essa jornada, ainda mais em um mundo que ainda é majoritariamente machista e sexista. É papel da universidade trazer mais acesso para essas mães universitárias e a possibilidade de uma jornada dupla o mais próxima possível da plenitude, através de políticas públicas, projetos e demandas que isso torna-se possível.

REFERÊNCIAS

ABAD, A. Resenha: "Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos", de Leonardo Secchi. Editora Cengage Learning, São Paulo, 2014.

ÁVILA, R. C., & PORTES, É. A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2012.

BARRADAS, L.; & MELO, P.; & SANTOS, R. MÃES UNIVERSITÁRIAS: uma pesquisa etnográfica. Pará, 2019.

BARROSO, C.L., & MELLO, G. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Fundação Carlos Chagas. 1975.

BEZERRA, N. Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. FECLESC - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central.

CARVALHO, M. Uma análise da implementação da política pública pacto pela vida na 27ª cpm de cruz das almas sob o olhar do burocrata de linha de frente. Cachoeira, 2018.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 2003.

HASHIMOTO, F.; & EMÍDIO, T. Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p. 27-36, dez. 2008.

MARTINS, H. Metodologia qualitativa de pesquisa. São Paulo, 2004.

TAUIL, T. Políticas públicas para mães universitárias: um estudo bibliográfico. Mariana, 2019.

TAKAHARA, A., & MENDES, A., & RINALDI, G. Mulher na educação superior: alguns apontamentos para o debate. FAE Centro Universitário, Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC. 2015 - 2016.

MOTT, M. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). Cadernus Pagu, 2001.

PEREIRA, A., & SANTOS, B. & SILVA, L. Mães universitárias: a luta pela conciliação da maternidade com a universidade. South American Development Society Journal, Vol.08, 2022.

RAEDER, S. CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, GG., and SILVA, LC. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 249-262. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books.

SANTOS, M. Ser mãe e preta na universidade pública: desafios e perspectivas da vida universitária na Unilab-malês. São Francisco do Conde, 2023.

SOUZA, C. “Estado de campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. RBCS Vol. 18 nº. 51, 2003.

VENTURINI, A.C. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2017.

FERREIRA, K.; & FURTADO, M. Vivência de mães universitárias do ISB/UFAM. Revista Construção Psicopedagógica, 32 (33): 59-76.

BRASIL, Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 2350/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361343&filename=PL%202350/2015>.

PINHEIRO, L. Quanto custa ter um filho no Brasil? Gasto por faixa etária. Meutudo.blog. Maio, 2024. Disponível em: <<https://meutudo.com.br/blog/quanto-custa-um-filho/#:~:text=Despesas%20com%20m%C3%B3veis%20fraldas%20roupas,sua%20renda%20mensal%20neste%20in%C3%ADcio.&text=Segundo%20o%20blog%20Just%20Real,cerca%20de%20R%24%2016%20mil>>.

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023100, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18047>>.

RUA, M. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. Disponível em: <<https://univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>>.